



DECOLONIALIDADE E CIDADES AMAZÔNICAS: INFLEXÕES SOBRE POVOS TRADICIONAIS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (PA)

Ana Caroline dos Santos Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Paraná | 1904carolineferreira@gmail.com

Paulo Nascimento Neto

Pontifícia Universidade Católica do Paraná | paulo.neto@pucpr.br

Fabiana Marcon Bettú

Pontifícia Universidade Católica do Paraná / Universidad Piloto de Colombia | fabibettu@gmail.com

Marcel Theodoor Hazeu

Universidade Federal do Pará | celzeu@gmail.com

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: *As cidades brasileiras fazem parte de uma relação de dependência dentro de um sistema mundial estabelecendo relações hierárquicas de poder que reproduzem uma racionalidade eurocêntrica voltada para a modernização e desenvolvimento econômico. Este artigo tem por objetivo estabelecer a relação entre o pensamento decolonial e o projeto desenvolvimentista nas cidades amazônicas da região do Oeste Paraense evidenciando como estudo de caso é o Projeto do Porto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRPS) e suas repercussões sobre o Bairro e o território quilombola localizado no município de Santarém (PA). A investigação foi realizada a partir da análise bibliográfica de autores decoloniais e estudos urbanos e a análise documental como o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Parte-se da compreensão sobre os novos paradigmas que tangenciam as pesquisas urbanas nas cidades contemporâneas localizadas nas periferias do capitalismo global.*

Palavras-chave: Decolonialidade; Cidades amazônicas; Comunidades quilombolas; Projetos portuários; Sojicultura.

DECOLONIALITY AND AMAZONIAN CITIES: INFLECTIONS ON TRADITIONAL PEOPLE IN THE MUNICIPALITY OF SANTARÉM (PA)

Abstract: Brazilian cities are embedded within a global system of dependency that perpetuates hierarchical power relations shaped by a Eurocentric rationality emphasizing modernization and economic growth. This article examines the interplay between decolonial thought and developmental projects in Amazonian cities, focusing on the Western Pará region. Using the Port Project of the Brazilian Port Company in Santarém (EMBRPS) as a case study, it explores the project's impacts on a local neighborhood and the quilombola territory within the municipality of Santarém, Pará. The analysis draws on a bibliographic review of decolonial and urban studies literature, alongside a documentary analysis of the Environmental Impact Study and Environmental Impact Report (EIA/RIMA). The study situates these findings within emerging paradigms that challenge conventional approaches to urban research in peripheral cities under global capitalism.

Keywords: Decoloniality; Amazonian cities; Quilombola communities; Port development; Soybean agriculture.

DECOLONIALIDAD Y CIUDADES AMAZÓNICAS: INFLEXIONES SOBRE LOS PUEBLOS TRADICIONALES EN EL MUNICIPIO DE SANTARÉM (PA)

Resumen: Las ciudades brasileñas forman parte de un sistema global de dependencia que perpetúa relaciones de poder jerárquicas, reproduciendo una racionalidad eurocéntrica orientada hacia la modernización y el desarrollo económico. Este artículo analiza la relación entre el pensamiento decolonial y los proyectos desarrollistas en las ciudades amazónicas de la región occidental de Pará, con un estudio de caso centrado en el Proyecto Portuario de la Empresa Portuaria Brasileña de Santarém (EMBRPS). Se examinan las repercusiones de este proyecto en la vecindad y en el territorio quilombola ubicado en el municipio de Santarém, Pará. La investigación se basa en un análisis bibliográfico de literatura decolonial y estudios urbanos, complementado con un análisis documental del Estudio de Impacto Ambiental y el Informe de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). El trabajo se sitúa en el marco de los nuevos paradigmas que cuestionan las aproximaciones convencionales a la investigación urbana en ciudades periféricas al capitalismo global.

Palabras clave: Descolonialidad; Ciudades amazónicas; Comunidades quilombolas; Proyectos portuarios; Agricultura de soja.

1 INTRODUÇÃO

A progressiva abertura das perspectivas interpretativas no campo do planejamento e da gestão urbana na América Latina tem apontado para um giro decolonial. Para isso, recorre-se ao pensamento decolonial que se apresenta como uma perspectiva epistêmica e política para pensar criticamente o capitalismo, a partir das questões de classe, raça e etnia (Castro, 2018) e acompanhar suas repercussões no campo do planejamento urbano. Tal processo busca compreender os novos arranjos que tangenciam as pesquisas urbanas com novos cruzamentos temáticos para aprofundar as dinâmicas desencadeadas nas cidades contemporâneas localizadas nas periferias do capitalismo global (Oliveira; Arantes, 2022).

Nessa perspectiva, a Amazônia é uma região situada em uma posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial. Em diferentes escalas, a geopolítica do desse sistema impõe aos continentes/países/regiões/lugares coloniais, especificamente aos grupos/classes sociais uma situação de subalternização para a acumulação de capital e desenvolvimento de suas forças produtivas nessas diferentes escalas (Porto-Gonçalves, 2017). Ao mesmo tempo, a Amazônia faz parte do centro da geografia decolonial e contra-colonial (Bispo, 2018), onde a região, a sociobiodiversidade e especificamente as comunidades tradicionais (r)existem e apontam para alternativas societárias (Brum, 2019).

A complexidade e a diversidade do urbano amazônico estão imbricadas à hierarquia de cidades que desempenham funções distintas na rede urbana. É necessário compreender as particularidades das pequenas e médias cidades da região que não são tratadas de forma adequada nas políticas governamentais generalistas e exigem uma leitura mais ampliada das transformações em curso no âmbito urbano-regional. É necessário repensar os debates teórico-metodológicos para identificar as particularidades dessas cidades e fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas urbanas menos generalistas, capazes de capturar tendências, projetar cenários e implementar iniciativas concretas que demonstrem sua eficácia (Trindade Jr. *et al.*, 2009).

Partindo dessa leitura, o presente trabalho tem por objetivo estabelecer a relação entre o pensamento decolonial e o projeto desenvolvimentista nas cidades amazônicas da região do Oeste Paraense evidenciando como estudo de caso é o Projeto do Porto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRPS) e suas repercussões sobre o Bairro e o território quilombola localizado no município de Santarém (PA). Para isso, adotou-se como procedimento metodológico a análise bibliográfica de autores decoloniais e estudos urbanos e a análise documental como o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

O trabalho está dividido em quatro seções. Para além da presente Introdução, a seção seguinte explora aportes teóricos decolonizantes do contexto amazônico. Na terceira, discute-se as agroestratégias desde o caso da ampliação portuária no município de Santarém

(PA) a partir de três frentes analíticas: o licenciamento ambiental do porto, a produção social do espaço urbano e as resistências participativas locais. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando as implicações do planejamento urbano e da ampliação portuária como formas de poder colonial sobre o território e suas comunidades tradicionais.

2 DECOLONIALIDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

As discussões nesta seção abordam aspectos relacionados à urbanização e aos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, enfatizando as implicações conceituais e práticas desse processo. Inicialmente, examina-se criticamente a construção do conceito de cidade, ressaltando como a colonialidade do poder moldou as práticas urbanísticas e os padrões de ocupação do território, resultando na reprodução de modelos eurocêntricos. Em seguida, são analisadas as transformações socioespaciais promovidas pelos projetos econômicos e infraestruturais na região, com foco nas dinâmicas de expansão urbana, exclusão social e reorganização territorial. A articulação entre esses eixos permite refletir sobre as tensões entre os paradigmas desenvolvimentistas dominantes e as especificidades locais, destacando os desafios para uma urbanização que considere as singularidades históricas, culturais e ambientais da Amazônia.

2.1 CONCEITO DE CIDADE E O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA

A conceituação de cidade é objeto de amplos debates nas ciências sociais aplicadas, caracterizando-se pela perspectiva complexa e multidisciplinar. Ultramarini (2019, p. 278) argumenta que o debate sobre o conceito e as dificuldades intrínsecas em delimitá-lo valem mais do que “propriamente a crença em podê-lo obter”. Essa perspectiva ressalta a natureza dialética do conceito, que sintetiza processos históricos, relações entre diversos atores sociais e conexões com outros conceitos, evidenciando divergências quanto aos atributos que o constituem e às prioridades atribuídas a esses elementos.

Conforme defende o autor, verifica-se uma distinção entre duas delimitações conceituais da cidade, que se expressam temporalmente. A primeira, corresponde a tempos pretéritos de uma perspectiva conceitual quantitativa, no qual a cidade¹ é compreendida em termos legais, administrativos e políticos. Em um contexto mais atual, a segunda determinação apresenta uma tendência qualitativa concentrada na função de esclarecer um fenômeno complexo. Essa complexidade compreende aspectos locais, regionais e temporais, pois, “faz com que seja cautelosamente dirigido mais pela contextualização do conceito de cidade e muito menos pela intenção de conceituá-la em definitivo” (*ibid*, p. 279).

A cidade vivida entra no debate sobre a determinação conceitual como “[...] algo que vai além de suas construções e instituições, às quais só ganham significado ao serem geridas, apropriadas e relacionadas” (Idem, p. 283). Além disso, discute-se o protagonismo que ela adquire em suas múltiplas dimensões engendradas sobre a vida política, econômica, social e

cultural. Tal protagonismo, referenciado pelo autor, é tratado a partir de uma compreensão sociológica, nos quais o conceito os atributos físicos ou arquiteturais da cidade não aparecem como centralidade analítica.

Vale considerar, com base em Limonad e Monte-Mór (2022, p. 8), o urbano enquanto um adjetivo que deriva do conceito de cidade. Para eles, o urbano e suas relações “vão além da aglomeração da cidade”, pois tomam conta do território e abrem o lugar para “a incorporação de formas, processos e práticas socioespaciais urbano-naturais, que decorrem da superação da dicotomia cidade-campo”. Ao reiterar essa discussão, Frigeri e Santos (2020) destacam os avanços dos processos de urbanização associados às formas coloniais de dominação. Tratam dos modos de ocupação, produção e planejamento das cidades brasileiras que tomam como base a renovação crítica e epistemológica tendo como referência o grupo de pesquisadores latino americanos Modernidade/Colonialidade (M/C).

Desse modo, a dimensão da colonialidade enquanto padrão de poder que constitui a modernidade encontra nos processos de urbanização o modelo de organização das sociedades modernas. Tal processo está associado ao rápido crescimento das populações urbanas europeias que foram intensificadas com a revolução industrial e resultaram na criação de políticas para a organização/ordenamento das cidades. Cabe considerar que o urbanismo enquanto matéria de organização espacial das cidades surge em um contexto de desenvolvimento cultural do ocidente na modernidade. Assim, o modelo de planejamento urbano que se reproduziu mobiliza atores institucionais e cidadãos na organização do espaço urbano com repercussões nos modelos de zoneamento e intervenções urbanas europeias.

O discurso gerencial do espaço e um modo de fazer política baseia-se nos valores liberais, em uma suposta neutralidade funcionalista e suposta igualdade de chances numa sociedade de homens iguais. Essa premissa se faz presente nos discursos de gestão do território urbano carrega uma contradição em que o liberalismo defende a neutralidade e os indivíduos não são neutros em relação a esses valores.

A ocupação das terras colonizadas foi definida por alguns padrões mundiais de ocupação e organização das cidades que estão inseridas em um processo de “massificação e tentativa de normatização das atividades humanas” (Frigeri; Santos, 2020, p. 202). O planejamento urbano no Brasil foi construído a partir da imposição dos modelos de cidades europeias, sendo contrários aos outros modos de organização coletiva existentes, ou seja, “[...] a organização das cidades se desenvolve a partir de uma concepção abstrata do espaço e do indivíduo, em oposição a uma concepção realista do mundo e das pessoas” (*ibid*, p. 200).

Em virtude disso, tais processos se desenvolveram tomando como referência a arquitetura portuguesa, desde as primeiras ocupações até os processos de “embelezamentos” e “melhoramentos” inspirados no projeto da Paris de Haussmann². Os modelos de urbanização e intervenção urbana que são proeminentes nas cidades brasileiras é permeado pela lógica da modernidade/colonialidade partindo da imposição do pensamento eurocêntrico que se manifesta em diversas dimensões da existência das sociedades. Nesse contexto, as cidades

brasileiras estão inscritas em uma relação de dependência dentro de um sistema mundial que estabelece relações assimétricas e hierárquicas de poder. Tal sistema reproduz uma racionalidade voltada para a modernização, progresso e desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, não incorpora a “[...] a promoção da participação coletiva e sem considerar as respostas locais e os seus modos particulares de se viver” entendendo que “a cidade europeia persiste em ser o modelo a ser reproduzido” (p. 203). Em termos do planejamento urbano, para tratar da cidade é comum o distanciamento do objeto do urbanismo (o espaço das cidades) e do indivíduo. Isso ocorre em oposição a uma concepção realista do mundo e das pessoas, no qual a organização das cidades - em termos da política moderna - desenvolve-se a partir da abstração delas.

O processo da urbanização também pode incorporar o debate teórico ampliado sobre a cidade que o debate chama atenção para seus atributos qualitativos e dialéticos, especificamente, para os distintos agentes sociais em sua construção e apropriação (Ultramar, 2019). A colonialidade do poder materializa-se nos processos de urbanização por meio da imposição da forma eurocêntrica de pensar a cidade. Em outras palavras, faz-se necessário identificar a colonialidade nas intervenções urbanas, observando nos processos de urbanização das cidades brasileiras a lógica da modernidade para - a partir disso - questionar os modelos de produção dos espaços urbanos no Brasil. A cidade deve ser pensada, além dos modelos hegemônicos, deve ser analisada a partir de uma perspectiva crítica sobre as políticas de embelezamento, revitalizações, melhoramentos das cidades (Frigeri; Santos, 2020).

Vale considerar que o imaginário da urbanização no Brasil está imbricado com a economia mundializada, dentro das expectativas globais que envolve uma cidade-mercadoria. Hoje, sua participação na produção de “cidades globais” tem a realização de grandes eventos como um dos mecanismos. Com base nessa discussão, evidencia-se as implicações dos projetos desenvolvimentistas da Amazônia na produção do urbano no município de Santarém com destaque para os seus atributos constitutivos considerando seus processos históricos, geográficos e culturais. Conforme Pimenta (2022), as atividades desenvolvidas nas dimensões econômica, política e social contribuíram para a organização do espaço da cidade. Nos últimos anos, com o cultivo e exportação da soja, apresentam novas dinâmicas, dessa forma atribuindo novas funções para alguns espaços da cidade com repercussões no modo de vida da população urbana e rural do município.

2.2 URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: UM ENFOQUE SOBRE O OESTE PARAENSE

Partindo das análises sobre o projeto desenvolvimentista para Amazônia, especificamente no Oeste Paraense, retoma-se a perspectiva centro-periferia “onde a dinâmica do sistema mundo se expressa com bastante nitidez” (Ravena et al., 2018, p. 40). Tal perspectiva requer a ruptura epistemológica com o pensamento colonial e político a partir da decolonialidade considerando a desconexão semântica sobre o desenvolvimento bem como suas nuances e polissemia. O seu significado não encontra consenso - tanto na teoria como na prática - e

pode variar de acordo com o projeto político reunindo um conjunto concepções de mundo, crenças, interesses e estratégias.

Assim, para os ortodoxos, o termo é sinônimo de desenvolvimento econômico “servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural” (Ravena et al., 2018, p. 35 *apud* Souza, 1996). Enquanto os heterodoxos, a definição de desenvolvimento trata de categorias históricas e culturais de saberes endógenos. Apesar de incorporar a noção de crescimento, busca-se a construção de novos projetos de desenvolvimento que considerem as particularidades e potencialidades dos grupos sociais. Desse modo, a crítica dos modelos centrais de desenvolvimento perpassa pela relação contraditória entre o projeto desenvolvimentista aplicado no oeste do Pará (especificamente, ao município de Santarém) e a promoção de saberes ancestrais ou a preservação da biodiversidade amazônica. Nessa direção crítica, faz-se necessário questionar e desmistificar o desenvolvimento além de suas crenças e valores.

Como forma de perpetuação e imposição da condição colonial da região amazônica, os grandes projetos econômicos por meio do discurso do “desenvolvimento” configuram uma reedição do velho modelo desenvolvimentista (Pereira, 2019). Isso indica que desde a instalação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão com a construção de fortificações e migração planejada no século XVIII até a inserção da região na cadeia global de alimentos por meio da sojicultura, em que Estado adota como estratégias a inserção da região nas dinâmicas econômicas globais como provedora de recursos naturais (Ravena *et al.*, 2018).

No tocante de suas ações, os grandes projetos caracterizam-se também como “fronteira” social e jurídica na Amazônia estando de acordo com a lógica do “capitalismo de fronteira”. Isso resulta no retrocesso dos direitos sociais que acontecem por meio da opressão e subjugação de diversos grupos (povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, sertanejos, posseiros e imigrantes) e de seus territórios, bem como a flexibilização da legislação ambiental. A noção de fronteira é “fetichizada” e compreendida como uma dimensão da modernização. Ou seja, camufla a noção de fronteira enquanto “encontro de forças desiguais” que faz uso da violência sistemática como parte constitutiva desse processo (Moreno, 2015, p. 87).

Nas últimas décadas, a introdução da cultura da soja na região acabou por incentivar o aumento da migração das áreas rurais para a cidade e, conseqüentemente, a expansão do espaço urbano. Tal processo desencadeou grandes transformações, em que o setor empresarial passou a incorporar grandes áreas para ampliação agrícola, provocando a desagregação na agricultura familiar e, por conseqüência, forçando a vinda de migrantes das áreas rurais para a cidade. Desse modo, a produção de grãos e os projetos de infraestrutura logística para seu escoamento compõem um conjunto de políticas que deixam de lado a história regional e a dinâmica do desenvolvimento local. Segue-se a lógica de outros projetos

desenvolvimentistas como os de exportação de minérios e energia, e obras de infraestrutura, com transporte multimodal (hidrovia, ferrovia, rodovia, portos) (Pereira, 2019; Oliveira, 2008).

Em consonância com essa dinâmica, a paisagem da região é reconfigura com impactos diretos na vida de comunidades e povos tradicionais e da natureza que são alocadas pelo interesse nacional de integração do Brasil à globalização (Pereira, 2019). Outro aspecto apontado por Ravena *et al.* (2018, p. 42) é a lógica financeira que avança pela conversão de usos rurais e urbanos prepara terreno tem como *modus operandi* entre o setor imobiliário e o setor hoteleiro, entre o setor mineral e o agronegócio, que “desconsidera completamente o “combo” sociedade, biodiversidade, água e solo, inviabilizando a manutenção de formas de vida daqueles que sobrevivem graças à existência da floresta e da biodiversidade ameaçadas”. Além de não considerar a riqueza milenar produzida a partir do trabalho humano.

3 AS AGROESTRATÉGIAS E A AMPLIAÇÃO PORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Santarém, atualmente, possui uma população estimada em 331.942 de habitantes, segundo os dados do Censo (IBGE, 2022). O município caracteriza-se por ser formado pelo espaço urbano, onde se concentram a rede de serviços públicos, a área residencial do município, atividades financeiras, portuárias, entre outras e por uma área rural onde se encontram fazendas agrícolas e extensas áreas de cultivo de grãos e, ainda, áreas ocupadas por diversas comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e agricultores familiares que sobrevivem do extrativismo, agricultura de subsistência, pesca e outras atividades.

Na área rural, a ampliação da fronteira agrícola bem como a atividade madeireira avançam sobre os territórios habitados por povos e comunidades tradicionais. Estes grupos encontram-se, principalmente, da Reserva Extrativista (RESEX) Federal Tapajós-Arapiuns cuja área corresponde a 647.611 hectares, às margens do Rio Tapajós e Arapiuns. As RESEX's são unidades de conservação federal ou estadual, utilizadas por populações tradicionais que sobrevivem do extrativismo e da agricultura de subsistência. (Socioambiental, 2024). Parte dos grupos tradicionais estão localizados nas áreas de influência das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da rodovia PA-370 (Santarém-Curuá-Una) nas proximidades do Lago do Maicá, especificamente, no conhecido Território Indígena Munduruku do Planalto. O Quadro 1 apresenta a série histórica da situação domiciliar da população urbana e rural entre 1950 e 2010 de Santarém.

Quadro 1: Série histórica da situação domiciliar (urbana/rural) entre 1950 e 2010 em Santarém – PA

ANO	POP URBANA (nº pessoas)	POP RURAL (nº pessoas)	TOTAL
1950	14.061	46.168	60.229
1960	31.303	38.767	70.070
1970	61.324	73.891	135.215
1980	111.493	80.452	191.945
1991	180.018	85.044	265.062
2000	186.297	76.241	262.538
2010	215.790	78.790	294.580

Fonte: Santana (2022), a partir de IBGE (2010; 2007;1993).

As transformações em curso nesta região a partir da introdução da cultura da soja têm produzido, entre outros, conflitos pela posse da terra (Caderno Nova Cartografia, 2014) entre as comunidades indígenas originariamente instaladas e os grandes empresários sojicultores em função da supervalorização das terras bem como as alterações na dinâmica territorial do município de Santarém em função da ampliação das atividades econômicas. As transformações estão relacionadas com a inserção do grande capital nacional e internacional, além das ações do Estado que têm atuado no sentido de estimular a exploração dos recursos naturais da região por grandes grupos empresariais, latifundiários, madeireiros pecuaristas e sojeiros (Leão; Bandeira, 2012).

Dentre as transformações na dinâmica territorial destaca-se o desenvolvimento logístico no município - considerado o núcleo operacional da produção de soja no oeste paraense - como parte das estratégias utilizadas para a expansão da agricultura mecanizada na região. Cabe ressaltar que no período de 1990 a 2005, a Amazônia tornou-se o “*locus* por excelência das commodities” (Mesquita, 2011, p. 50) e que nesse mesmo período houve também a incorporação de grandes extensões de terra que passaram a ser controladas pelo grande capital. A inauguração em 2003 do porto da empresa norte-americana do setor agrícola Cargill para atender a demanda do mercado internacional de *commodities* agrícolas direcionadas aos países da Europa e Ásia criou as condições para o suporte logístico facilitando o escoamento da produção.

A localização estratégica do município de Santarém tem adensado cada vez mais o desenvolvimento logístico na microrregião, a exemplo disso, há uma projeção da instalação do Terminal de Exportação de Granel Sólido da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMPRAPS) no Lago do Maicá. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentando o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), publicado em 2015, contém a avaliação e diagnóstico do estudo técnico dos impactos ambientais. O estudo apresenta as áreas a serem influenciadas pelo empreendimento. A instalação do terminal objetiva a otimização dos processos de transporte, armazenamento e exportação de graneis sólidos.

A implantação do terminal portuário da EMPRAPS permitirá a movimentação anual de 4,8 milhões de toneladas de grãos de soja, tornando o município de Santarém um dos maiores

escoadores de produtos, neste setor, assim contribuindo com a consolidação do corredor de exportação de cargas (EIA/RIMA, 2015, p. 07).

Outra estratégia utilizada para a consolidação produtiva da região como área de cultivo e escoamento de grãos foi o asfaltamento da rodovia BR-163 compondo o suporte logístico, ao diminuir custos no escoamento da produção. O Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), investiu cerca 1 (um) bilhão de reais em obras de infraestrutura, sendo a pavimentação da rodovia parte integrante dessas obras (Sauer; Pietrafesa, 2013).

A combinação dos investimentos públicos e privados apresenta-se como parte das agroestratégias que se volta para a ampliação do agronegócio na região do Baixo Amazonas paraense. O suporte econômico representado pelos financiamentos públicos do Banco da Amazônia (BASA), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e do Banco do Brasil (BB) alocados pelas instituições governamentais possibilitou o crescimento do agronegócio e sua expansão pelo território santareno (Sauer; Pietrafesa, 2013; Almeida, 2009; Mesquita, 2011).

A partir de meados de 1990, a agricultura de grãos cresceu rapidamente, inclusive em áreas tradicionalmente dominadas pela produção de alimentos básicos e extrativismo. Tal movimento leva a uma reorganização e reorientação no uso e posse desses territórios. O processo de expropriação de pequenos produtores (proprietários e não proprietários), antes engendrados pela pecuária, é retomado com força pelo grande capital, com apoio integral do governo (Mesquita, 2011, p. 63).

No campo das formulações voltadas para a ampliação da fronteira agrícola, Almeida (2009; 2011) apresenta as noções sobre agroestratégias ao fazer uma reflexão sobre o processo de desterritorialização dos grupos tradicionais na Amazônia. De forma mais ampla, ele afirma que as agroestratégias estão vinculadas às agências multilaterais e conglomerados financeiros estabelecendo-se a partir de um conjunto de mecanismos voltados para a implementação dos empreendimentos agroindustriais como a produção de grãos, óleos vegetais, matérias primas de uso industrial e carnes *in natura*.

As imagens abaixo identificam como exemplo o processo de transformação territorial na Praia da Vera Paz, situada à margem direita do rio Tapajós. Em 1999, iniciou-se a construção de um complexo de estruturas portuárias e de armazenamento do Terminal da multinacional Cargill no município. Com a alteração da paisagem e intensificação da gentrificação, famílias ribeirinhas foram retiradas de suas moradias à beira do rio, onde plantavam e pescavam seus alimentos e empurradas para a periferia. Além disso, o porto da Cargill expulsou comerciantes que tinham barracas no local e sepultou um sítio arqueológico que continha registros de mais de 10 mil anos de ocupação humana (Gomes; Gouvêa, 2013, Pereira, 2019).

Imagens 1 e 2: Antiga praia da Vera Paz (1996)



Fonte: Rebelo, em Sousa Neto (2015)

Imagens 3 e 4: Porto da Cargill



Fonte: Pedro Alcântara/M'boia, Terras de Direitos (2021)

O estudo realizado pela Organização Não Governamental (ONG) Terra de Direitos, publicado em 2024, analisa as instalações portuárias no município de Santarém, que é uma cidade-chave na cadeia logística do agronegócio. No estudo foram considerados somente portos de cargas (grãos, fertilizantes e outros insumos do setor), não incluindo portos para o turismo ou transporte de pessoas. O estudo indica que 13 portos estão em operação no momento e 01 está previsto para a construção (até outubro de 2023, período de coleta de dados). Ainda segundo a ONG, o crescimento acelerado das instalações portuárias na região do Tapajós conta com uma série de lacunas e irregularidades em seus processos de licenciamento ambiental. O mapa 1 delimita os portos em operação e o porto previsto localizado nas proximidades do bairro Pérola do Maicá; também se identificam as áreas do quilombo urbano Pérola do Maicá no interior do bairro.

Mapa 1: Localização dos portos, do bairro Pérola do Maicá e do Quilombo Urbano Pérola do Maicá



- | | | |
|---|---|---|
| 01 - ABI Administradora de Bens de Infraestrutura LTDA | 02 - ATEM's Distribuidora de Petróleo S.A | 03 - Cargill Agrícola S.A |
| 04 - Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo LTDA | 05 - Embraps | 06 - Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (Distribuidora Nac. de Petróleo LTDA) |
| 07 - Itaipava S.A. | 08 - Itaituba Industrias de Cimentos do PA (Itautinga Agroindustrial S.A) | 09 - Petróleo Sabbá S.A. (Raizen) |
| 10 - Porto de Santarém (Companhia Docas do Pará) | 11 - Sociedade Fogas LTDA | 12 - Tapajós Port (Dinizia Trading Import e Export LTDA) |
| 13 - Transportes Bertolini LTDA | 14 - Unirios Rodofluvial e Comercio LTDA | |

Fonte: Autores (2024)

Os portos do município funcionam como ponto final de escoamento da produção graneleira exportada para o mercado internacional (Terras de Direitos, 2024). Vale destacar que, no caso do Brasil, as agroestratégias estão vinculadas à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pois suas formulações pressupõe o desenvolvimento dos grandes projetos voltados para o setor agrícola, acompanhadas de estudos que contribuem para um conjunto de planos e ações voltadas para a remoção de obstáculos jurídico-formais e político-administrativos que são impedimentos para aquisição das novas áreas destinadas à circulação mercantil. Tais obstáculos compreendem a designação formal os chamados direitos originários - prevista no Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - as terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais, que entre outros aspectos, estão apoiados na agricultura familiar e/ou reproduzem as práticas étnicas, além do uso comum dos recursos naturais (Almeida, 2011).

3.1 LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PORTO DA EMBRAPAS

A localização estratégica do município de Santarém tem aumentado cada vez mais o desenvolvimento logístico na região do Oeste Paraense. Há uma projeção da instalação do Terminal de Exportação de Granel Sólido da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMPRAPS) no Lago do Maicá. Sua instalação tem como objeto o escoamento da produção de soja da região e do centro-oeste, ampliando o mercado de grãos causando danos ao meio

ambiente e ao território de comunidades tradicionais. A EMBRAP, em 2013, fez o pedido de licença ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA), para dar início ao projeto previsto em uma área localizada na margem do Rio Amazonas, no Município de Santarém. A região é conhecida como “grande área do Maicá”, zona de transição entre a área urbana, rural e de várzea, onde residem populações tradicionais (SILVA *et al.*, 2019).

Em 2015, foi publicado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) contendo a avaliação e diagnóstico do estudo técnico dos impactos ambientais no entorno do projeto da EMBRAP. O estudo apresenta, segundo seus critérios, as áreas a serem influenciadas pelo empreendimento (EIA/RIMA, 2015). Argumenta-se que a instalação do terminal objetiva a otimização dos processos de transporte, armazenamento e exportação de graneis sólidos.

Figura 1: Área Diretamente Afetada da EMBRAP.



Fonte: EIA/RIMA (2015, p. 21)

A Figura 1 apresenta a área de abrangência do empreendimento propriamente dito, onde se localizarão, se for aprovado, as futuras estruturas do Terminal, e onde serão desenvolvidas as atividades de descarga, armazenamento e carregamento da soja. O EIA/RIMA (2015, p. 20) indica a Área Diretamente Afetada (ADA) que corresponde à área na qual ocorrerão fisicamente as intervenções necessárias a implantação e operação do Terminal da EMBRAP, sendo unidade de análise de menor dimensão espacial, onde as ações de implantação e operação podem resultar na projeção de impactos ambientais na Área de Influência Direta (AID) e na Área de Influência Indireta (AII). Os movimentos sociais e comunidades tradicionais tem apontado que não existe influência direta e indireta, mas influência sistêmica e interligada.

Solicitados no licenciamento ambiental, o EIA/RIMA são documentos técnicos multidisciplinares, que servem como uma avaliação sobre os impactos ambientais significativos de uma atividade. Nesses documentos também são encontradas informações para medidas mitigadoras desses impactos (VERTOWN, 2024, p. n.). No entanto, no contexto do Lago do Maicá, o EIA/RIMA não reconheceu a existência de comunidades na área afetada pelo empreendimento. Por omitir sua presença não foi realizado o processo de consulta prévia, livre e informada aos quilombolas, indígenas das etnias Munduruku e Apiaka, pescadores e ribeirinhos que podem ser atingidos pelas atividades do porto conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em janeiro de 2016, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) questionou a conclusão dos estudos ambientais do projeto impulsionando uma Ação Civil Pública n. 0377-75.2016.4.01.3902 movida pelo Ministério Públicos Federal (MPF) e Ministério Públicos Estadual (MPE) contra a União, nos quais foram indicadas as ilegalidades no projeto, entre elas a ausência da aplicação da Convenção n.169 OIT. Na Ação Civil Pública foi expedido uma liminar para suspender o licenciamento ambiental até que as comunidades tradicionais afetadas pelo empreendimento fossem ouvidas, conforme determina a legislação em vigor. A Justiça Federal atendeu ao pedido liminar ordenando a paralisação do licenciamento do projeto (Brasil, 2016, Sarmiento, 2019; OESTENET, 2022).

Em 2018, na sentença de suspensão do licenciamento ambiental, o Poder Judiciário considerou o direito previsto na Convenção nº 169 da OIT e estabeleceu que, além de quilombolas e indígenas, as comunidades tradicionais representadas por pescadores artesanais e ribeirinhos também sejam consultadas (Matos, 2022). Essa decisão é importante para desmistificar a compreensão de alguns segmentos econômicos de que as comunidades ribeirinhas não seriam incluídas pelos direitos dispostos na Convenção. A sentença não delimita quais populações deveriam ser consultadas, determinando que todas que se encontrem na área de influência direta do empreendimento deveriam ser ouvidas, ou seja, as populações localizadas em um raio de 10km do empreendimento. Desse modo, deve ser avaliada qual a real área de impacto do empreendimento e quais populações serão afetadas, a fim de viabilizar a consulta (Brasil, 2016).

O empreendimento segue suspenso e o processo segue tramitando na 2ª Vara Federal de Santarém. No entanto, a EMBRAPPS pretende construir um novo porto, para carga em geral, na área localizada na região conhecida como Transmaicá, que fica nas proximidades onde a Justiça suspendeu as operações de instalação de um terminal portuário da EMBRAPPS no lago Maicá. O novo porto seria construído com pouca infraestrutura e com objetivo de realizar a atracação de balsas que operam na região. As informações enfatizam que as licenças requeridas pela empresa Pedro Riva & Cia Ltda. são para o início da obra de terraplenagem, formação do platô e rampa de concreto (OESTADONET, 2022).

O licenciamento ambiental, por um lado uma conquista das lutas de movimentos em defesa da natureza, caracteriza-se como um instrumento colonial, do Estado colonial e a aliança com

o grande capital. Os estudos têm matrizes (termos de referência) baseada na ciência moderna que nega o conhecimento e sabedoria dos povos e comunidades tradicionais, inclusive em relação às áreas atingidas e impactadas. As empresas de consultoria (inclusive aquelas vinculadas ao estado) são pagas pelas empresas interessadas em instalar seu empreendimento e a sobrevivência dos consultores neste mercado depende da aprovação de seu estudo de impacto ambiental. Leroy *et al.* (2011, p.20) mostram as contradições deste processo:

De um modo geral, as principais decisões políticas já foram tomadas quando se desencadeia o licenciamento de determinado projeto, o que limita o potencial democratizante das esferas participativas. Nesse sentido, Audiências Públicas, análises independentes dos EIA-RIMAs e pareceres de conselhos e do aparato técnico dos órgãos ambientais envolvidos têm possibilidades limitadas de interferência no processo de tomada de decisão sobre empreendimentos de grande impacto ambiental.

Neste sentido, não apresentarão empecilhos à instalação. Os processos de participação se limitam a audiências públicas, sem poder de decisão sobre o empreendimento e nem sobre o estudo apresentado. Logo no primeiro passo do licenciamento ambiental, o estado deve realizar a consulta prévia, livre e informada com comunidades tradicionais que podem ser impactadas.

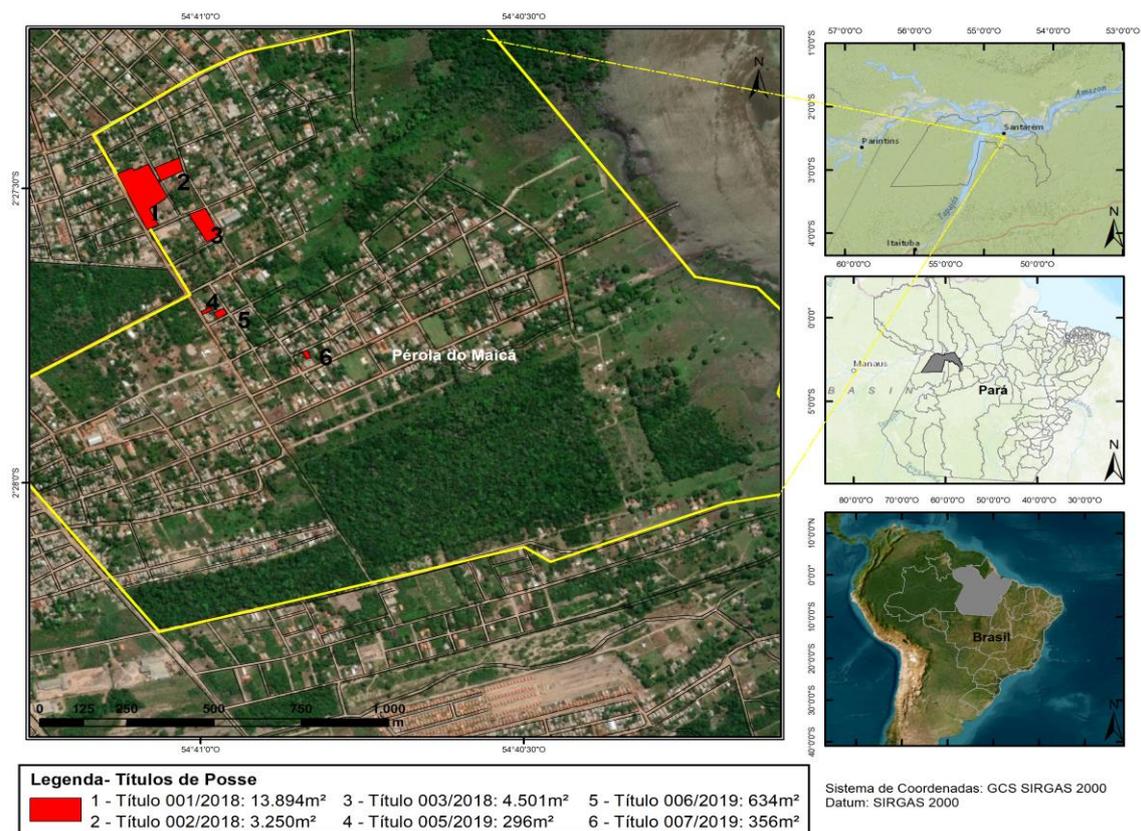
3.2 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NO CONTEXTO DO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ

De acordo com os estudos realizados, o bairro urbano de relevância rural e ambiental faz parte do complexo do Distrito da Grande área do Maicá, conjuntamente com mais 06 bairros: Jutaí, Maicá, Jaderlândia, Vigia, Urumanduba e Mararu, esta divisão administrativa criada na zona urbana (Silva *et al.*, 2017), onde diversas de comunidades vivem da agricultura e de atividades extrativistas como a pesca.

Nos últimos anos, as comunidades tradicionais enfrentam conflitos socioambientais atrelados à possibilidade de construção de um terminal portuário para o escoamento da soja, empreendimento “que poderá induzir a mudanças ambientais importantes no ecossistema aquático” (Serrão *et al.*, 2019, p. 3), pois, a região é um berçário de peixes de onde sai boa parte da produção pesqueira que abastece a cidade (Pereira, 2019).

Nesse contexto, a construção de porto graneleiro no Maicá coloca em risco a segurança alimentar da população comprometendo as áreas e atividades de pesca com impactos diretos em atividades econômicas e geração de renda de aproximadamente 1.500 pescadores artesanais que dependem quase que exclusivamente dessa atividade (Serrão *et al.*, 2019; Pereira, 2019). O mapa 2 apresenta a localização do bairro Pérola do Maicá e do Quilombo Urbano Pérola do Maicá:

Mapa 2: Localização do bairro Pérola do Maicá e do Quilombo Urbano Pérola do Maicá



Fonte: Autores (2024)

O Lago do Maicá possui aproximadamente 161 km² de extensão (Sousa *et al.*, 2018) e abrange diversos bairros e comunidades e suas margens formam “um complexo ecossistema composto por ilhas e uma parte de terra firme, que sofrem pequenas inundações decorrentes da cheia dos igarapés lá existentes, e do lago que o circunda” (Vieira, 2013, p. 5). As características da área se assemelham a região de várzea que no inverno amazônico fica um período inundada e no verão amazônico entra em um período seco (Sousa *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2017).

Grande parte do seu território é considerado área urbana conforme a legislação municipal. No entanto, o Plano Diretor do Município de Santarém apresenta fragilidades em sua elaboração no que se refere à delimitação dos espaços urbanos e rurais do município (Leão; Oliveira, 2011). Tais fragilidades estão relacionadas às incoerências do bairro Pérola do Maicá revelando incongruências entre o texto da lei e o que de fato acontece no território:

[...] o Plano Diretor do Município de Santarém define como bairros, determinadas áreas que não preenchem os requisitos para tal, inclusive, segundo o próprio texto do Plano, além de incluí-las na Zona Urbana, e este fato se complica, por estas áreas apresentarem características de ruralidade, especialmente àquelas que estão mais próximas do Lago Maicá ou àquelas que mais se distanciam da área central, ou seja, que se localizam em áreas de transição entre o espaço urbano e o rural, para as quais se adequaria designá-las como áreas urbano-rurais, marcadas potencialmente por uma urbanização extensiva (Leão; Oliveira, 2011)

Trindade e Hazeu (2023) apontam para a lógica colonial que domina a elaboração dos planos diretores, onde, em geral sem consulta prévia, livre e informada, cidades são divididas em zonas conforme o interesse do capital e desconsiderando, ou “eliminando” as outras formas e modos de vida de ser e estar na cidade, como as comunidades e povos tradicionais

Tal processo demarca um aspecto híbrido entre a urbanidade e a ruralidade. Ou seja, a existência dessas contradições nos espaços periféricos de Santarém resulta da urbanização extensiva, que espalhou as características urbanas em direção a estas áreas anteriormente rurais. Estes bairros apresentam configurações fortes de ruralidade que os distanciam das características e da imagem do urbano. A ocupação do bairro se estende desde a rodovia Estadual PA 370 até o Igarapé do Maicá. Ele configura-se por uma parte urbana do bairro e outra área com características rural (destacando como exemplo a área de várzea) (Silva *et al.*, 2017; Leão; Oliveira, 2011). Nessas áreas, é observada uma mudança de paisagem ao se deixar a rodovia e adentrar em uma das ruas não pavimentadas (Sarmiento, 2019).

Outro aspecto importante que caracteriza a área como um espaço híbrido é o pequeno igarapé utilizado pelos pescadores residentes no bairro como um porto - que recebe o nome de Porto do Pescador - para dar suporte à atividade pesqueira realizada no Lago do Maicá (Leão; Oliveira, 2011). O bairro apresenta características marcantes de um lugar urbanizado (Sarmiento, 2019). No entanto, distingue-se de outros bairros “por possuir peculiaridades que o diferenciam da maioria dos bairros santarenos, especialmente por estar em uma área de transição entre o rural e o urbano periférico do município” (Silva *et al.*, 2017). Desse modo, as diferenças socioespaciais e econômicas perceptíveis no contexto do bairro possibilitam o entendimento que envolvem visões dicotômicas sobre o rural e o urbano.

Entre as características do modo de vida rural, encontra-se, de forma mais concentrada, atividades típicas de meio rural com agricultores familiares que trabalham a terra e suas culturas, pescadores artesanais, que promovem suas atividades pesqueiras e outros moradores que têm uma relação significativa com o ambiente.

O processo de composição dos grupos sociais do Pérola do Maicá inclui moradores antigos e recém-chegados como os ribeirinhos, agricultores familiares e pescadores artesanais, remanescentes de quilombolas, pequenos pecuaristas (criadores de gado) e comerciantes e trabalhadores em geral (Silva *et al.* 2017). No fim da década de 1980, o bairro surgiu por meio de diferentes processos de deslocamentos de famílias que decidiram sair de suas comunidades de origem para viver na cidade. As primeiras famílias são advindas da comunidade quilombola Arapemã. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Santarém fez doação de 63 lotes de terra no referido bairro para essas famílias (Sarmiento, 2019).

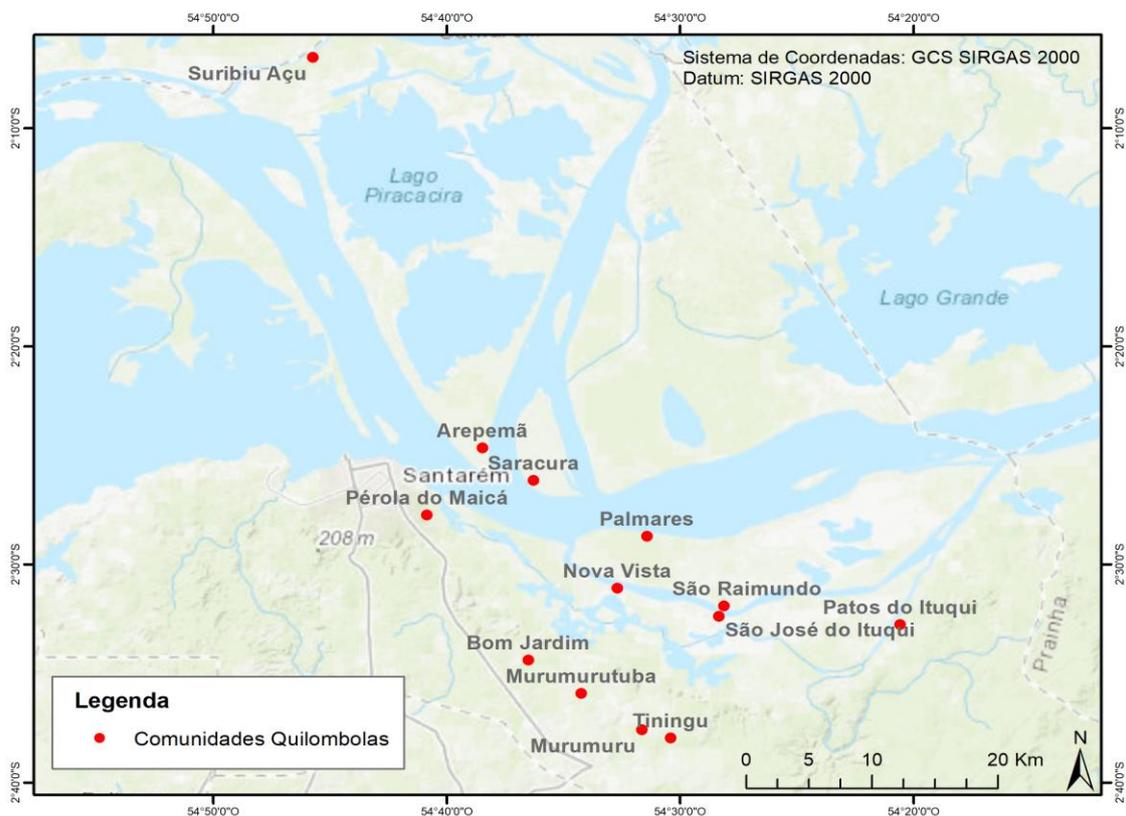
Santarém é marcada pelo crescimento desordenado e ausência de planejamento por parte do poder público resultando na formação de extensas áreas periféricas da. Assim - como outros bairros periféricos - o Pérola do Maicá possui fragilidades em relação ao acesso às políticas

públicas com infraestrutura bastante deficitária no que se refere ao saneamento básico, abastecimento de água, educação, ruas não pavimentadas, transporte coletivo precário, energia elétrica ineficiente e, principalmente de emprego (Silva *et al.* 2017).

3.3 RESISTÊNCIA PARTICIPATIVAS LOCAIS AO PROJETO

A Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), criada em 2006, é uma organização da sociedade civil, que tem por objetivo a luta pela regularização fundiária dos territórios quilombolas e pela implantação de políticas públicas voltadas à essas comunidades atuando em parceria com a Coordenação das Associações das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Pará MALUNGU e da Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ). Atualmente, a FOQS representa doze comunidades quilombolas no município de Santarém: Saracura, Arapemã, Surubiu-Açú, Nova Vista do Itiqui, São José do Itiqui, São Raimundo do Itiqui, Patos do Itiqui, Pérola do Maicá, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru e Tiningu. A figura 2 apresenta as comunidades quilombolas do município.

Figura 2: Comunidades quilombolas do município de Santarém (PA).



Fonte: Autores (2024)

Em 2016, após a suspensão do licenciamento ambiental, a FOQS realizou oficinas preparatórias, orientações e reuniões - com assessoria jurídica da Terra de Direitos - nas comunidades quilombolas para que fossem delimitada o modo como pretendem ser consultadas sobre projetos que representem riscos ao equilíbrio ambiental dos territórios em

que se reproduzem socialmente. A partir das ações iniciais da EMBRAPPS na preparação para a construção do terminal portuário no Maicá, foi dado início a construção do protocolo de consulta prévia da FOQS (Sarmiento, 2019) Por meio do documento, a FOQS apresenta a sua preocupação com a preservação ambiental, social, econômica e cultural não somente das comunidades de remanescentes de quilombo que a compõem, mas também das demais comunidades tradicionais localizadas no entorno da área.

O protocolo de consulta prévia, livre e informada da entidade é o resultado do processo de transformação social que tem o intuito não somente mostrar a existência quilombola, mas adequar a tomada de decisão de atores externos quanto aos demais atos que impactam o cotidiano das comunidades de remanescentes. A partir das definições das etapas de consulta, a FOQS espera que, após esse processo, as decisões das comunidades sejam respeitadas, sendo elas contrárias ou não com as ideias do governo. Destaca que caso algo venha prejudicar e causar danos, o governo e as empresas deverão ser responsabilizados (Protocolo de Consulta, 2016; Sarmiento, 2019),

Nesse contexto, é possível compreender como o engajamento social dos povos tradicionais no Lago do Maicá materializa-se por meio da participação ativa nos processos institucionais. Em outros termos, o uso do protocolo de consulta prévia da FOQS adquire uma ressignificação e vem sendo usado para garantir a visibilidade das comunidades quilombolas no que tange a possibilidade de instalação do porto da EMBRAPPS (Sarmiento, 2019).

É, justamente, por conta deste cenário de conflitos socioambientais motivados pela ausência do cumprimento da Convenção 169 da OIT nos processos de licenciamento ambiental que a consulta prévia, conforme Silva (2017), apresenta-se como um mecanismo que deve ser implementado visando um diálogo intercultural igualitário, ou ainda, como instrumento democrático participativo plural como forma para questionar o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, para que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais possam ter alternativas viáveis para se estabelecer um convívio respeitoso com os diferentes modos de vida dentro das fronteiras do Estado. Os processos de construção de protocolos próprios são reafirmação de autonomias e oportunidades de empoderamento dos povos e comunidades sobre seus direitos.

4 CONCLUSÃO

A análise das dinâmicas socioespaciais das cidades amazônicas sob uma perspectiva decolonial apresenta contribuições significativas para o repensar do planejamento e da gestão urbana. A partir do caso de Santarém (PA) e dos impactos do projeto portuário, evidenciaram-se as formas pelas quais grandes projetos de infraestrutura materializam o poder colonial por meio de instrumentos de planejamento, reestruturando territórios com base no imperativo da reprodução do capital global. Esse processo, sustentado por um modelo desenvolvimentista, desconsidera as especificidades culturais e ambientais da

Amazônia, perpetuando desigualdades históricas e marginalizando comunidades tradicionais.

A necessidade de superar paradigmas hegemônicos no campo da gestão urbana torna-se evidente, exigindo a transição para abordagens que transcendem o planejamento estatutário e dialoguem com práticas e saberes locais. A imposição de um racionalismo científico-formal, orientado pela busca de eficiência e eficácia no planejamento, ignora as epistemologias e cosmovisões dos grupos tradicionais, tratando seus territórios como meros espaços de exploração. Dessa forma, o planejamento urbano, enquanto instrumento do Estado, reforça assimetrias, reproduzindo sob novas formas o paradigma colonial e intensificando a subalternização das populações locais.

O exame das agroestratégias e da expansão portuária revelou como essas iniciativas, alinhadas a interesses globais, reconfiguram os territórios locais e aprofundam conflitos socioambientais. No caso do Quilombo Pérola do Maicá, destacou-se como as práticas de subsistência e organização social das comunidades são ameaçadas tanto pela pressão econômica quanto pela ausência de consulta prévia. Tal cenário ressalta a necessidade de mecanismos institucionais que garantam a participação efetiva das comunidades nos processos decisórios, assegurando o respeito aos seus direitos e modos de vida.

No contexto de Santarém, o Quilombo Pérola do Maicá emerge como um elemento constitutivo do tecido socioespacial da cidade, funcionando tanto como resistência às lógicas hegemônicas quanto como fonte de alternativas ao modelo dominante de urbanização. A coexistência de características rurais e urbanas no bairro exemplifica as tensões e contradições enfrentadas pelo planejamento urbano em contextos periféricos, onde as políticas públicas frequentemente negligenciam as particularidades locais. A mobilização das comunidades, nesse cenário, reafirma seu protagonismo político e aponta para caminhos que priorizem abordagens territoriais inclusivas e democráticas.

Esta pesquisa contribui para a análise das contradições do urbano em uma perspectiva de Brasil desejadamente decolonial, no qual o planejamento e a gestão urbana, de maneira persistente, têm operado como instrumentos de imposição de deslegitimidades sobre os territórios locais. A superação desse quadro convida à formulação de novos paradigmas no campo, que incorporem saberes diversos, valorizando as características históricas, culturais e ambientais da Amazônia em direção a práticas inclusivas ou, ao menos, a novas epistemologias que sinalizem para potenciais caminhos a serem buscados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo. Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: Os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner; CARVALHO, Guilherme. (Org.). **O Plano IRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Belém: FASE, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. A Reconfiguração das Agroestratégias: novo capítulo da Guerra Ecológica. In: SAUER, Sergio; ALMEIDA, Wellington (orgs.). **Terras e Territórios na Amazônia**. Brasília: UNB/Abaré, 2011, p. 1-40.

BISPO, A. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Universidade de Brasília UnB, INCT, 2015

BRASIL. Justiça Federal. **Ação Civil Pública**. Processo n. 0000377-75.2016.4.01.3902. Santarém-PA, 2016.

BRUM, E. A Amazônia é o centro do mundo. **El País**. Manaus, 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/opinion/1565386635_311270.html acesso em 21 Nov. 2024.

BLOGGER. Você lembra? Antiga praia da Vera Paz, 1996. Disponível em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2015/01/antiga-praia-da-vera-paz-1996.html>. Acesso em: 16 nov 2024.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Resistência e Mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós**. N, 1 (junho 2014). Manaus: UEA edições, 2014.

CASTRO, Edna. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. Decolonialidade e sociologia na América Latina. In: CASTRO, Edna; PINTO, R. F. (orgs.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018, p. 25-52.

FADESP. **Relatório de Impacto Ambiental**. Belém: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, 2015. p. 01-76. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/06/RIMA_EMBRAPS.pdf. Acesso em 30 ago. 2024.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM - FOQS. **O que é a FOQS?** Disponível em: <https://quilombolasdesantarem.blogspot.com>. Acesso em 17 ago. 2024.

FRIGERI, Ana Vittori; SANTOS, Giordanna. Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber. **Raído**, Dourados-MS, v. 14, n. 34, jan./abr. 2020. p. 198-209.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. GOUVÊA, José Gouvêa Luiz. **Contextos domésticos no sítio arqueológico do Porto, Santarém, Brasil, identificados com o auxílio da geofísica por meio do método GPR**. Rio de Janeiro, 2013. p. 639-656.

LEROY, Jean-Pierre, ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília, MALERBA, Julianna. Síntese Projeto **Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. FASE – Solidariedade e Educação ETERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRRJ), Rio de Janeiro, julho de 2011.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto. Utopias urbanas e o giro decolonial. **Geosp**, v. 26, n. 1, e-189578, abr. 2022, p. 01-23.

LEÃO, Sandro Viégas; BANDEIRA, Felipe de Lima. Estratégias e Institucionalização De Projetos: Dinâmicas Regionais a partir da Expansão do “Agronegócio” em Santarém-Pa. *In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: SEDRES, Agosto de 2012.

LEÃO, Renato Freitas; OLIVEIRA, Janete Marília. O Plano Diretor e a Cidade de Fato: O Caso de Santarém-PA. *In: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2011, p. 01-15.

MATOS, Natália. O Caso do Lago do Maicá em Santarém/PA. *In: Escola Superior do Ministério Público da União. Protocolos autônomos e a consulta prévia, livre e informada*. 2022, p. 1-10. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/plataforma-aprender/acervo-educacional/conteudo/protocolos-autonomos-e-a-consulta-previa-livre-e-informada>. Acesso em 02 dez 2024.

MESQUITA, Benjamin A. A dinâmica recente do Crescimento do Agronegócio na Amazônia e a Disputa por Territórios. *In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org). Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 45-68.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

PEREIRA, Sara. A influência de grandes projetos desenvolvimentistas na dinâmica urbana de Santarém como ameaça ao bem viver de seus povos. *In: Ana Beatriz Oliveira Reis; Erick Rodrigo Porto Pinho; Lucimar Naiara dos Santos Alves; Yuri Santana Rodrigues. (Org.). Cidades e Bem Viver na Amazônia*. 1ed.Santarém-Pará: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2019, p. 139-145.

PIMENTA, Karina. Antes Era A Veroca: Memórias Sobre Um Processo De Transformação Da Paisagem. *In: 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)*, 2022, Curitiba. GT52: Memória e reconstrução de mundos: práticas etnográficas frente às situações limites, 2022, p. 1-12.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia - Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. v. 1.

OESTENET. **Com porto ainda embargado, dono da Embraps requer licença para terminal de cargas às proximidades do Maicá, em Santarém**. 2022. Disponível em <<https://www.oestadonet.com.br/noticia/21810/com-porto-ainda-embargado-dono-da-embraps%C2%A0requer-licenca%C2%A0para-terminal-de-cargas-as-proximidades-do-maica-em-santarem/>>. Acesso em 25 ago. 2024.

OLIVEIRA, Janete. Expansão urbana e periferização em Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. In: **X Coloquio Internacional de Geocrítica**, 2008, Barcelona. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: Geocrítica, 2008.

OLIVEIRA, Lucas; ARANTES, Rafael. Práticas e Processos de Produção do Espaço Urbano: Descentrando Perspectivas. **Estud. sociol.**, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, 2022, p. 1-25.

RAVENA, Nirvia; CARDOSO, Ana Cláudia; SANTOS, Renata; PERES, Janaína Lopes. Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 9, p. 33-45, 2018.

SANTANA, Mizant. **Produção do Espaço em Santarém - PA**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2022.

SARMENTO, Ana Maria. **Protocolo de consulta prévia**: instrumento de diálogo e de fortalecimento das comunidades quilombolas do Maicá, Santarém. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém. 2019.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José. **Novas fronteiras Agrícolas na Amazônia**: Expansão da Soja como expressão das Agroestratégias no Pará. Boa Vista: ACTA Geográfica, 2013. p.245-264.

SERRÃO, Elizabete; BRAGA, Tony; COELHO, Yana; CAMPOS, Diego; SANTOS, Anderson; IMBIRIBA, Luan; ZACARDI, Diego. Conhecimento tradicional dos pescadores sobre o comportamento reprodutivo dos peixes em um lago de inundação no Oeste do Pará, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 31, n. 1, 2019. p. 1-21.

SILVA, Liana. **Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina**: re-existir para co-existir. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Valdecy; CARDOSO, Marcella; CARVALHO, Ednéa; SILVA, Alanna. Dicotomia Rural e Urbana: Uma Análise do Bairro Pérola do Maicá, em Santarém, Pará. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2017. p. 1-16.

SOCIOAMBIENTAL. Reserva Extrativista: unidade de conservação. **Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. Disponível em: <uc.socioambiental.org/uso-sustentavel/reserva-extrativista> Acesso: 18 nov 2024.

SOUSA, Renata Priscila Benevides. **Direito Agrário, Projetos Portuários, e Comunidades Quilombolas [manuscrito]**: Uma análise a partir do projeto de construção do "Porto do Maicá" em Santarém – PA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SOUSA, Wandicleia Lopes de; MONTE, Leila de Fátima de Oliveira; SILVA, Rubens Elias da; VIEIRA, Thiago Almeida. Protagonismo socioeconômico das pescadoras artesanais do bairro Pérola do Maicá, em Santarém, Pará. **REVISTA CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**, v. 2. 2018. p. 143-161.

TERRA DE DIREITOS. **Com lacunas e irregularidades no licenciamento, número de portos no Tapajós (PA) dobra em 10 anos.** Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/com-lacunas-e-irregularidades-no-licenciamento-numero-de-portos-no-tapajos-pa-cresce-115-em-10-anos/24000>. Acesso em 02 dez. 2024.

TERRA DE DIREITOS. **Estudo revela impactos provocados pela instalação do porto da Cargill em Santarém (PA).** Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-revela-impactos-provocados-pela-instalacao-do-porto-da-cargill-em-santarem-pa/23615>. Acesso em 16 nov. 2024.

TERRA DE DIREITOS. **Protocolo de Consulta da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém.** 2016. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/PROTOCOLO_CONSULTA_WEB-min.pdf. Acesso em 24 ago. 2024.

TRINDADE, Dayse; HAZEU, Marcel. **A vocação colonial do território amazônico: o plano diretor de desenvolvimento urbano de Barcarena.** *Barbarói*, (63), 2023. p. 59-83.

TRINDADE JR., Saint-Clair; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Alderbaran; GOMES NETO, João. (Org.) . **Pequenas e médias cidades na Amazônia.** 1. ed. Belém: UFPA, 2009. v. 1.

ULTRAMARI, Clovis. Conceito de cidade: dificuldades e razões para formulá-lo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** G&DR. V. 15, N. 6, Edição Especial. Taubaté, SP, Brasil. nov/2019. p. 277-294.

VERTOWN. **EIA/RIMA: o que são esses documentos e para que servem?** 2024. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/portos-do-maica-entre-violacoes-de-direitos-e-silenciamento/23655>. Acesso em 26 ago. 2024.

VIEIRA, Judith Costa. Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao território do Quilombo do Maicá em Santarém-Pará. *In: XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito*, Curitiba-PR. 2013. p. 01-30.

¹ Apoiado no pensamento Lefebvre, Ultramari (2019) destaca que “o longo período que antecedeu a cidade industrial confundia esse objeto com sua própria massa construída, ignorando ou desconhecendo seus agentes de formação, uso, desconstrução e apropriação” (p. 278).

² O historiador Marins (1998) apresenta as reformas urbanas desencadeadas a partir da instauração do regime republicano no Brasil, especialmente sobre as reformas urbanas promovidas no Distrito Federal do Rio de Janeiro e nas capitais como Porto Alegre, Salvador, Recife, Belo Horizonte e São Paulo, orientadas pela reforma urbana parisiense comandada pelo Plano de Haussmann. O Estado passa a impor um modelo de convívio urbano baseado na diferenciação entre os espaços “públicos” e “privados” como forma de controle da habitação e vizinhança, no qual são inseridos padrões sanitários de infraestrutura articulados com obras públicas.